



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 045

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 045**4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão 02****Ordem do Dia:**

Discussão / Votação:

2ª Discussão (Votação em) 02

1ª Discussão 03

Encerramento da Sessão 05**Publicações:**

Administrativas

Com. Permanente de Licitação . 06

Ata de Comissão

Redação 06

DIÁRIO Nº 045**4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE MAIO DE 2006**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar

Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Artagão Júnior, Jocelito Canto, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos e Renato Gaúcho (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª Discussão (Votação em)**ITEM 01****VOTAÇÃO EM**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/06 dispendo sobre ajuste e conversão de fontes de recursos no valor de R\$ 2.628.556,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ.

EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 164/06

Relatório

Trata-se de emenda corretiva de Plenário ao Projeto de Lei nº 164/06, proposta por inúmeros Deputados que objetiva corrigir improbidade no artigo 2º, contida no texto da Mensagem original encaminhada pelo Poder Executivo.

Quanto ao mérito:

Consideramos que a mesma não prejudica o referido projeto, tendo caráter apenas de correção de texto.

Desta forma, opinamos pela constitucionalidade e pela aprovação da emenda acima mencionada.

Sala das Comissões, em 09.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

Apoiamento:

Duflío Genari, Elton Carlos Welter, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli e Pastor Edson Praczyk.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

Em votação a emenda de Plenário. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, alterando dispositivo da Lei nº 11097/95 - Brinquedos de arma de fogo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DACCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/05, de 11/10/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 626/05

P A R E C E R:

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Estadual Luiz Carlos Martins tem por escopo a alteração da redação do artigo 1º da Lei nº 11097/9, que trata da proibição da fabricação, comercialização e transporte de brinquedo de armas de fogo, bem como aqueles que a esses se assemelhem.

Legitimidade

O processo legislativo, respeitando-se a iniciativa da propositura, concentra-se em Leis Ordinárias e Complementares, e a alteração delas se dá mediante o mesmo ato que a criou, respeitando-se o quórum que votou e a matéria observada.

Nesse sentido, a alteração da Lei Estadual sob nº 11097/95, ordinária, verifica-se mediante nova lei ordinária,

que legitimada para entrar em plena e saudável vigência no ordenamento jurídico que modificou.

Assim a Constituição assegura que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo a iniciativa para legislar a esse respeito também lhe garante a possibilidade de, por intermédio de outra lei, alterar a lei anterior, respeitando-se o quórum de votação e a iniciativa da propositura.

A Lei Complementar nº 95/98, referente à técnica legislativa, expressamente reza em seu artigo 9º a seguinte proposição, senão vejamos:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Desta maneira, o artigo 2º do presente projeto de análise encontra-se em descompasso com o exigido pela norma hierarquicamente superior, consolidando um vício de legalidade sanável.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em descompasso, quanto à técnica legislativa, à LC 95/98, especialmente quanto ao artigo 9º. Para isso, portanto, sugere-se a emenda anexa. Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, LC 101/00, o projeto apresentou-se em perfeita sintonia com a disposição legal.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação e regular tramitação, desde que sanado o vício na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 22.11.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 626/05

Na forma do Regimento Interno desta Casa, especialmente dos artigos 136 e 137, para sanar o vício ora alegado, apresenta-se a seguinte proposição, passando o artigo 2º do presente projeto a contar com a nova redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 22.11.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Duflío Genari, Hermes Fonseca, Carlos Simões, Nelson Justus e Reni Pereira.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/06 aprovando

abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 10.000.000,00 aos orçamentos da Educação, Saúde, Justiça e Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei nº 14977, de 28 de dezembro de 2005. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 166/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto em tela, de autoria do Poder Executivo, autoriza a abertura de crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual 14977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que cria o Fundepar, a serem utilizados nas áreas que dispõe.

Constitucionalidade e legalidade

A Constituição Estadual, em seus dispositivos, fixa diretrizes sobre a matéria abordada pelo projeto de lei. Assim dispõe em seu artigo 54, inciso XXXIV, inciso XIX, artigo 134 e artigo 135, incisos III, V e VI.

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXXIV - autorizar operações de natureza financeira externa ou interna;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

Art. 135. São vedados:

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, exceto as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa; (grifos nosso)

Conforme exposto, nota-se que a abertura de créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, previamente aprovado, só é possível com a autorização da Assembléia Legislativa. Desta forma, os projetos de lei do Executivo que visem à abertura de créditos extraordinários devem ser remetidos à Assembléia Legislativa para que esta conceda autorização para que seja concretizado tal feito.

Ainda, conforme os dispositivos constitucionais, o projeto de lei que pretende a abertura de crédito suplementar, além de prévia autorização legislativa, deve indicar os recursos correspondentes à abertura do crédito. No mesmo sentido, o projeto que visa ao remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro deve ter, obrigatoriamente, a anuência do Poder Legislativo.

Contudo, conforme exposto, verificamos que o projeto de lei ora analisado está em conformidade com os ditames da Constituição Estadual, uma vez que pede autorização da Assembléia Legislativa para a abertura de crédito adicional, bem como para remanejamento de recursos de um órgão para outro e, também, indica os recursos correspondentes à abertura do crédito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 166/06

Fica suprimido o artigo 5º do projeto de lei, assim como a cláusula revogatória contida no artigo 6º do Projeto de Lei nº 116/06, passando os referidos artigos a vigorarem com as seguintes redações:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado ao Orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Art. 2º Os recursos por força do Decreto nº 5516 de 03/11/2005.

Art. 3º Servirá como recurso na Empresa Ambiental Paraná Floresta S/A.

Art. 4º Ficam instituídos necessários à implementação desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 09.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2006. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs.

Deputados, referente ao mês de abril de 2006, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer, Ademar Traiano, Barbosa Neto e Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 032/2006

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 032/06, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2006, regulamentada pela Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Analisando o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supra, este relator decide pela aprovação das contas apresentadas, pois as mesmas encontram-se exatas e de conformidade com a legislação em vigor.

Isso posto, este relator resolve pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 375/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 360, datado de 25 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

aposentar, compulsoriamente, a partir de 07 de novembro de 2005, data em que completou 70 (setenta) anos de

idade, CHRIZANTO CHRISÓSTOMO DA SILVA, matrícula nº 40898, portador do RG nº 0228898-PR, e do CIC nº 010.534.699-34, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de agosto de 1989, ocupante do cargo de Médico, nível E-02, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição Federal e mesma disposição no artigo 35, inciso II, da Constituição Estadual, com vencimentos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de quatro (04) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 376/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2210, datado de 28 de março de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a STELA MARIS AGUIAR MACHADO, matrícula nº 614, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Taquígrafa, nível D-04, admitida em 01 de junho de 1989, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período deverá ser marcado pela Interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei retro mencionada.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 377/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2309, datado de 29 de março de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a PATRÍCIA DORNELLES DANTAS, matrícula nº 612, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Taquígrafa, nível NUD-04, admitida em 01 de novembro de 1995, licença especial de três

(03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 01 de novembro de 2000 e 01 de novembro de 2005, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período deverá ser marcado pela Interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei retro mencionada.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Administrativas

Comissão Permanente de Licitação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DESPACHO

Protocolo: 2046/06

Requerente: Abib Miguel - Diretor Geral da Assembleia Legislativa

Assunto: Autorização para Licitação

Data: 21 de março de 2006

DESPACHO

Esta Comissão Permanente de Licitação, com base nos convites apresentados, homologa a empresa Tripoli Turismo Ltda, a qual cotou o maior desconto sobre a tarifa de passagens aérea e terrestre.

Diante do exposto solicito o encaminhamento a quem de direito, para adjudicar a empresa acima mencionada como vencedora.

Em 20.04.06.

(aa) COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ata de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura
19ª Reunião Ordinária

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado José Domingos ScarPELLINI apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 754/05; 043, 159, 175, 183, 190 e 155/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURTI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária